

## O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a documentação da Inquisição Portuguesa na Época Moderna

Daniela Buono Calainho\*

### Resumo

*O artigo pretende apresentar um histórico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, localizado em Lisboa, Portugal, enfatizando o núcleo documental relativo ao Tribunal da Inquisição, criado em 1536, na medida em que a instituição conserva a imensa maioria das fontes sobre este tema.*

Palabras chave: Inquisição - Santo Ofício - Portugal - Heresía

## The Torre do Tombo Nacional Archive and the documentation of the Portuguese Inquisition in the Modern Era

### Abstract

*I intend to present with this article a historical account of the Torre do Tombo National Archive in Lisbon, Portugal, emphasizing its main collection of documents related to the Tribunal of the Inquisition, created in 1536. It is in the National Archive that we find the bulk of the documental sources related to this subject.*

Key words: Inquisition - Holy Office - Portugal - Heresy

Fecha de recepción: 01-07-2019  
Fecha de aceptación: 02-10-2019

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Brasil.  
E-mail: calainho@gmail.com

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem uma longa história que remonta ao final da Idade Média portuguesa. Localizado numa das torres do Castelo de São Jorge, na cidade de Lisboa, foi criado em finais do século XIV, quando se registrou a primeira certidão em 1378. Era local de guarda dos papéis e registros reais, mas foi apenas no século XVII que começou a ser efetivamente organizado. No século seguinte, o arquivo já contava com um volume expressivo de material, com índices dos núcleos documentais identificados, a exemplo das chancelarias régias, leis e ordenações, bulas, breves, etc.<sup>1</sup>

O terremoto que arrasou Lisboa em 1755 pôs abaixo a Torre do Tombo, e toda a documentação foi levada para uma parte do edifício do Mosteiro de São Bento da Saúde. Em 1823, passou a se designar Real Arquivo da Torre do Tombo, ou Arquivo Nacional, e em 1861 teve suas instalações ampliadas, ocupando outros espaços do Mosteiro. Somente no início do século XX que começou a abrir suas portas para a consulta a alguns estudiosos, e através de um decreto de março de 1911, estabeleceu pela primeira vez um horário de abertura ao público. A partir de então, o acervo do Arquivo só fez crescer, recebendo não apenas documentos provenientes de várias instituições públicas, como também pessoais, e outros adquiridos através de compras. Em 1985, já tinha autonomia administrativa e até 2006 permaneceu atrelado ao Ministério da Cultura português. Em 1990, todo seu acervo foi transferido para um prédio moderno na Alameda da Universidade, próximo à Universidade de Lisboa, onde está até hoje.

O então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IANTT), assim denominado a partir de 1997, tinha por função, “promover e executar a política arquivística nacional, nas suas vertentes de conservação e valorização do património arquivístico nacional, de promoção da qualidade dos arquivos correntes, e da salvaguarda e garantia dos direitos do Estado e dos cidadãos”, segundo o Decreto-lei 60/97, de 20 de março. Em 2007, voltou a ser designado como Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e em 2012, integrou a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. O arquivo conta hoje com vários instrumentos de pesquisa, como guias, índices e catálogos temáticos para localizar fundos e coleções, disponibilizados na página do ANTT e acessíveis *on line* para consulta.<sup>2</sup>

Um dos fundos mais importantes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo é o conjunto da documentação produzida pelo Tribunal do Santo Ofício português. Criado em 1536 no reinado de D.João III, em meio à questões ligadas à presença dos judeus na Península Ibérica, a Inquisição portuguesa perseguiu indivíduos cuja conduta se assimilava à heresia, sobretudo os judeus convertidos ao cristianismo, denominados de cristãos-novos, suspeitos de continuarem praticando sua religião de origem. A imensa maioria dos processos movidos pelo Santo Ofício foi contra estes réus, porém outras condutas consideradas heréticas também foram alvo da sanha persecutória inquisitorial, como luteranos, marranos, blasfemadores, clérigos suspeitos de assediar mulheres no confessional,

<sup>1</sup> <http://antt.dglab.gov.pt/inicio/identificacao-institucional/6-2/>.

<sup>2</sup> <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>.

sodomitas, bigamos, falsos funcionários do aparelho burocrático inquisitorial, feiticeiros, curandeiros, dentre outros.<sup>3</sup>

O Tribunal do Santo Ofício foi uma das maiores instituições produtoras e detentoras de documentação em relação às instituições lusitanas no Antigo Regime, tendo grande capacidade de organização e classificação dos seus papéis. Funcionou, ao longo de boa parte de sua existência, com 3 tribunais regionais -Lisboa, Coimbra e Évora-, e o tribunal de Goa, na Índia, único do mundo colonial. Cada um desses tribunais tinha arquivo próprio, com quantidade expressiva de documentos, sendo inclusive matéria do corpus legal da Inquisição a forma de organização e guarda deste material. Desde o segundo Regimento inquisitorial de 1613, foram definidos núcleos documentais, como livros específicos para delatados, decretos de prisão, listas de autos de fé, registros de diligências, livros de correspondências, livros de presos, dentre outros, bem como os locais de sua guarda.<sup>4</sup>

Logo após a extinção da Inquisição portuguesa, em 1821, toda a documentação do Santo Ofício foi depositada na Biblioteca Pública de Lisboa. Três anos depois, começou aos poucos a ser incorporada à Torre do Tombo, começando pelo Conselho Geral do Santo Ofício e pelo tribunal de Lisboa em 1825, e em 1836, com a documentação referente aos tribunais de Coimbra e Évora.<sup>5</sup> Ao longo dos séculos XIX e XX, esta documentação foi sendo identificada, obedecendo à própria lógica interna do tribunal em organizar e administrar seus papéis.

O primeiro movimento de reflexão e identificação do acervo inquisitorial foi de Antonio Baião, nomeado funcionário do arquivo em 1902. Junto com Pedro de Azevedo, escreveu em 1905 *O Arquivo da Torre do Tombo, sua história, corpus que o compõem e organização*, iniciando um longo período em que a documentação inquisitorial foi sendo desvendada.<sup>6</sup> Mas em 1988, a publicação da obra *Os arquivos da Inquisição*, de autoria de Maria do Carmo Dias Farinha, fez toda a diferença para os pesquisadores sobre o tema. Este guia do acervo inquisitorial foi elaborado a partir de árduo trabalho de compilação deste vastíssimo material, trazendo à tona vários núcleos documentais até então desconhecidos, e alavancando assim os estudos inquisitoriais de pesquisadores de todo mundo que se debruçaram sobre estas fontes.<sup>7</sup>

Em 2007, através do Projeto Inquisição de Lisboa *on line*, o ANTT iniciou a digitalização da documentação do Tribunal de Lisboa, o maior dos tribunais regionais, e que tinha, sob sua jurisdição, no ultramar, o Brasil, as ilhas dos Açores e Madeira, Angola e regiões do Oriente, e portanto o mais procurado pelos pesquisadores dado o volume de territórios que abarcava. Já se encontram

<sup>3</sup> Francisco BETHENCOURT, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000; Giuseppe MARCOCCI e José Pedro PAIVA, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

<sup>4</sup> “Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal recopilado por mandado do ilustríssimo e reverendíssimo senhor Dom Pedro de Castilho, Bispo Inquisidor-Geral e Vice- Rei dos Reinos de Portugal -1613”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, núm. 392, jul./set.1996, pp. 615-691.

<sup>5</sup> Maria do Carmo Dias FARINHA, *Os arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990, p. 46.

<sup>6</sup> António BAIÃO, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

<sup>7</sup> Maria do Carmo Dias FARINHA, *Os arquivos da Inquisição...* cit.

disponíveis na página do ANTT cerca de 19.775 registros, facilitando imensamente os trabalhos com os processos dos réus e demais fontes relativas a este tribunal. Os processos pertencentes aos outros tribunais podem ser consultados na página do ANTT, mas não estão disponíveis para consulta on line.

O volume da documentação que compõe o acervo da Inquisição portuguesa no ANTT, como já o dissemos, é bastante extenso, obedecendo à organização administrativa do tribunal. O primeiro fundo se intitula *Conselho Geral do Santo Ofício*, que foi o órgão decisório máximo do Tribunal.<sup>8</sup> Lá, estão contidos documentos produzidos por conselheiros, deputados e inquisidores; bulas papais, cartas régias e vários documentos pontifícios; pareceres e consultas; documentação legal, como os Regimentos inquisitoriais; listagem de presos; livros de receita, despesa e pagamentos vários; documentos ligados à censura inquisitorial, como despachos, pareceres, provisões e mesmo obras submetidas à aprovação; consultas variadas do Conselho aos inquisidores; correspondências expedidas e recebidas para as Inquisições de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa,<sup>9</sup> para os Papas, demais autoridades eclesiásticas e monarcas; despachos variados; editais referentes aos delitos do foro do Santo Ofício; formulários de interrogatório e de como proceder em várias causas; documentos referentes à criação do Tribunal; miscelâneas e coletâneas.<sup>10</sup>

Uma das fontes que integram o fundo do Conselho Geral do Santo Ofício foram os processos de habilitações para admissão aos quadros de funcionários da Inquisição, documentação fundamental para o trabalho de mestrado que defendemos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, sobre um dos vários agentes inquisitoriais. Eram eles chamados de “familiares”, funcionários leigos possuidores de muitos privilégios e que tinham funções como denunciar e prender suspeitos, vigiar os presos, dentre outras. Foi através dos processos de habilitação a este cargo que conseguimos levantar uma boa amostragem de todos aqueles que atuaram no Brasil: o candidato se submetia a uma série de inquirições à sua ascendência para determinar se estava apto ao exercício do cargo, compondo este conjunto de depoimentos um processo de ingresso à Inquisição, conhecido como processo de habilitação.<sup>11</sup> Esta documentação sobre os agentes inquisitoriais localizada neste fundo inclui, evidentemente, os outros cargos, como Inquisidores e demais ministros, bem como processos envolvendo estes funcionários e listas de privilégios. No período em que iniciamos a pesquisa, em finais dos anos 1980, a documentação inquisitorial ainda não estava devidamente classificada, e a pesquisa que realizamos sobre estes agentes foi um primeiro movimento que depois foi continuado por outros pesquisadores que tiveram acesso a novas fontes, sobretudo após a publicação da obra de Maria do Carmo Dias Farinha.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> “Regimento do Santo Ofício...” cit., pp. 693-883.

<sup>9</sup> Logo após extinção do tribunal de Goa, em 1812, há registros de que boa parte da documentação referente a este tribunal foi queimada. Ver: Antônio BAIÃO, *A Inquisição de Goa: tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção*, vol. 1, Lisboa, Academia das Ciências, 1949.

<sup>10</sup> Maria do Carmo Dias FARINHA, *Os arquivos da Inquisição...* cit., pp. 77-156.

<sup>11</sup> Daniela BUONO CALAINHO, *Agentes da fé. Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*, São Paulo, EDUSC, 2006.

<sup>12</sup> Maria do Carmo Dias FARINHA, *Os arquivos da Inquisição...* cit.

As listas dos autos de fé inquisitoriais, também integrantes do Conselho Geral do Santo Ofício, são documentos importantes para o levantamento dos réus que foram processados e condenados. O auto de fé era evento ímpar no cotidiano da ação inquisitorial, reunindo os altos dignitários da Inquisição e todos os réus condenados, que saíam em procissão pelas ruas nas sedes dos tribunais locais. Espetáculo público meticulosamente preparado, seu clímax acontecia no momento da leitura pública das sentenças dos réus, seguindo-se depois à queima na fogueira daqueles que haviam recebido a pena capital.<sup>13</sup> Utilizamos à farta estas fontes no nosso trabalho de doutoramento sobre as práticas mágico-religiosas dos africanos e afrodescendentes em Portugal, associadas a pactos demoníacos, e portanto vistas pela Igreja e pela Inquisição como feitiçaria.<sup>14</sup>

Exemplo da diversidade desta documentação, vemos na *Coleção Manuel da Cunha Pinheiro*, assim denominada em referência a este deputado do Tribunal de Évora, que chegou a conselheiro do Santo Ofício em inícios do século XVIII e organizou em 33 tomos documentos diversos sobre a criação, funcionamento e estrutura do tribunal inquisitorial; inquirições específicas de testemunhas e réus condenados por vários delitos; instruções gerais a processos e seus mecanismos intrínsecos, como a tortura, confissões, confiscos de bens, sentenças, defesas dos réus, comutação de penas, formulários de inquirições, sempre com a reprodução de partes avulsas de processos anexados à guisa de exemplo. Não há uma uniformidade nesta série, pois nem todos os tomos contém um índice, alguns estão em latim e outros enfatizam um determinado delito. No caso da pesquisa que realizamos sobre práticas supostamente de feitiçaria, levantamos material bastante importante, a exemplo de uma narrativa sobre ritos gentílicos de Angola em Portugal e trechos de inquirições e sentença de africanos escravizados em Portugal tidos como feitiçeiros.<sup>15</sup>

Os fundos documentais relacionados aos tribunais regionais de Lisboa, Coimbra e Évora contém também listagens de autos de fé; listas de culpados de delitos específicos, como judaísmo, solicitantes e sodomitas; decretos de prisão, livros de denúncias; formulários; receitas e despesas gerais destes tribunais com presos e funcionários; provisões de nomeação de agentes e visitas inquisitoriais nas localidades subordinadas à jurisdição dos tribunais locais.<sup>16</sup>

Destaque digno de nota são os chamados *Cadernos do Promotor*, volumosos tomos atinentes a cada tribunal, constituindo-se de denúncias variadas, dos tamanhos mais diversos, com testemunhas e inquirições, alguns com partes inteiras de processos, incluindo-se até devassas eclesiásticas. Os denunciadores oscilavam desde anônimos, instigados por seus confessores, até eclesiásticos e os próprios agentes inquisitoriais. Foi material bastante útil também para localizarmos várias denúncias de réus que incorreram no delito da feitiçaria. Anita Novinsky, pioneira dos estudos inquisitoriais

<sup>13</sup> Antonio José SARAIVA, *Inquisição e cristãos-novos*, Lisboa, Estampa, 1985, pp. 101-112.

<sup>14</sup> Daniela BUONO CALAINHO, *Metrópole das mandingas. Religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

<sup>15</sup> Maria do Carmo Dias FARINHA, *Os arquivos da Inquisição... cit.*, pp. 113-121.

<sup>16</sup> *Ibid.*, pp. 161-302.

no Brasil, descobriu, num destes cadernos, referente ao tribunal de Lisboa, uma longa inquirição realizada na Bahia no século XVII.<sup>17</sup>

Por fim, gostaríamos de destacar a documentação das correspondências expedidas e recebidas pelo Tribunal de Lisboa, tratando de temas referentes ao Brasil, projeto em que estamos trabalhando no momento. Para compensar a ausência de um tribunal regional sediado no Brasil, o volume de correspondência entre estes funcionários era expressiva, dando conta não apenas de inúmeros assuntos relativos aos hereges coloniais, como também da estrutura organizacional da Inquisição.

Os fluxos de comunicação do Santo Ofício através destas trocas regulares de correspondência foram fundamentais para o funcionamento das suas várias instâncias administrativas, sendo veículo estratégico para o cumprimento do exercício do poder inquisitorial no Reino e no restante do Império português. O Conselho Geral do Santo Ofício mantinha constante troca de correspondência com os tribunais regionais de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa, com outras instâncias eclesiásticas e seculares e ainda com os tribunais espanhóis. Informações de processos de réus os mais variáveis e de processos de habilitação a cargos do Santo Ofício; comentários e debates diversos envolvendo as autoridades inquisitoriais; diligências para averiguar denúncias; discussão de procedimentos processuais e administrativos, todo este material compôs um vasto leque de temas tratados no cotidiano da ação do Santo Ofício, circulando pelas mais variadas partes do Império português.

Nas pesquisas que realizamos até agora sobre a temática inquisitorial encontramos inúmeras referências importantes presentes na correspondência trocada entre agentes inquisitoriais e mesmo entre prepostos da administração colonial, o Conselho Geral do Santo Ofício e os inquisidores de Lisboa. Variadas denúncias, editais, listagens de livros proibidos, comentários sobre casos de réus específicos, vida econômica da Inquisição, número de familiares em diversas localidades, etc.

Concluindo, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo é instituição de referência para todos os pesquisadores que trabalham a história do tribunal inquisitorial em Portugal e em suas colônias na Época Moderna, congregando uma documentação riquíssima a partir da qual se pode trabalhar diversos aspectos das sociedades que foram alvo de sua ação persecutória, bem como dimensões institucionais do Santo Ofício. Grande sorte dos pesquisadores foi a rejeição da proposta de um dos deputados das Cortes de Lisboa em 1821, na ocasião em que se votava o fim do tribunal inquisitorial: que se queimassem todos os processos numa fogueira no Rossio, praça onde se localizava o Palácio dos Estaus, prédio da Inquisição em Lisboa, como num derradeiro auto-de-fé, reduzindo às cinzas tempos tão sombrios da história de Portugal.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Anita NOVINSKY, *Cristãos-novos na Bahia: A Inquisição*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.

<sup>18</sup> Giuseppe MARCOCCI e José Pedro PAIVA, *História da Inquisição Portuguesa...* cit., p. 444.

**Bibliografia**

- ALGRANTI Leila M. e Ana P. MEGIANI (orgs.), *O Império por escrito. Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*, São Paulo, Alameda, 2009.
- AMIEL Charles, "Les archives de l'Inquisition portugaise. Regards e réflexions", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. XIV, 1979, pp. 421-443.
- BAIÃO António, *A Inquisição de Goa: tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção*, Lisboa, Academia das Ciências, vol. 1, 1949.
- BAIÃO António, *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- BETHENCOURT Francisco, *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- BUONO CALAINHO Daniela, *Agentes da fé. Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial*, São Paulo, EDUSC, 2006.
- FARINHA Maria do Carmo Dias, *Os arquivos da Inquisição*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990.
- MARCOCCI Giuseppe e José Pedro PAIVA, *História da Inquisição Portuguesa. 1536-1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.
- NOVINSKY Anita, *Cristãos-novos na Bahia: A Inquisição*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.
- SARAIVA Antonio José, *Inquisição e cristãos-novos*, Lisboa, Estampa, 1985.